

A INFLUÊNCIA DA GOVERNANÇA TRADICIONAL NA PAZ E NA GESTÃO AMBIENTAL NAS COMUNIDADES PASTORAIS DO AFGANISTÃO

Chalachew Agonafir | Ana Carina S. Franco

INTRODUÇÃO

Este artigo procura explicar de que forma a governança dos recursos naturais continua a ser determinante para a prevenção e gestão de conflitos. A partir desta perspectiva, sublinha que a governança e as políticas públicas desempenham um papel crucial, contrastando com análises que se focam exclusivamente nas alterações climáticas e no seu impacto na paz e na segurança¹. Conca & Beevers (em Swain & Öjendal, 2018) explicam por que razão a investigação de Homer-Dixon, nos anos 1990 e 2000, que considerava a escassez de recursos como causa direta do aumento de violência, foi recebida com ceticismo.

Os estudos em segurança ambiental enfatizaram tradicionalmente o surgimento de conflitos, mas tanto a escassez como a abundância de recursos naturais podem impulsionar conflito ou cooperação (Cao, 2012; Swain & Öjendal, 2018; Wily, 2013). Regulado sobretudo por instituições informais, o acesso à água, às pastagens e à posse segura determina se as comunidades pastorais colaboram ou competem por recursos partilhados (Kreutzmann & Schütte, 2011; Moritz et al., 2011). A governança tradicional na construção da paz (*peacebuilding*) destaca o potencial da cooperação ambiental enquanto via para a paz, especialmente em contextos afetados por conflitos, onde os recursos

RESUMO

Este artigo contribui para o campo da construção da paz ambiental no âmbito dos Estudos de Paz e Conflito. Analisa o papel das instituições informais, como líderes religiosos, nos conflitos, na paz e na sustentabilidade ambiental nas comunidades pastorais afegãs, com foco nos nómadas kutchi, na região central do Afeganistão. Com base na recolha de dados quantitativos e entrevistas a agregados familiares e informantes-chave, conclui-se que as instituições informais continuam a desempenhar um papel crucial na mediação de disputas e na gestão de recursos, embora a sua eficácia esteja a diminuir devido ao *stress* ambiental e à instabilidade política. A competição por recursos, sobretudo durante secas, permanece um importante motor de conflito. O artigo sugere que a integração entre instituições formais e informais pode reforçar a resiliência comunitária e promover a paz sustentável, demonstrando o potencial da construção da paz ambiental em contextos pastorais frágeis.

Palavras-chave: construção da paz ambiental, governança informal, pastoralismo, Afeganistão.



ABSTRACT

THE INFLUENCE OF TRADITIONAL GOVERNANCE IN PEACE AND ENVIRONMENTAL STEWARDSHIP IN AFGHANISTAN'S PASTORAL COMMUNITIES

The article intends to contribute to the growing field of environmental peacebuilding within the discipline of peace and conflict studies. It examines the role of informal institutions, such as religious leaders, in conflict, peace, and environmental sustainability in Afghan pastoralist communities, with a focus on the nomadic Kutchi in central Afghanistan. Based on quantitative data collection and interviews with households and key informants in Afghanistan, the findings indicate that informal institutions continue playing their historical vital role in resolving disputes and managing resources. However, their effectiveness is declining due to environmental stresses and political instability. The article suggests that integrating informal institutions with formal governance could enhance community resilience and ensure sustainable conflict resolution, showing the potential of environmental peacebuilding for conflict resolution, in fragile pastoralist settings.

Keywords: environmental peacebuilding, informal governance, pastoralism, Afghanistan.

naturais são centrais aos meios de subsistência (Conca & Dabelko, 2002; Ide, 2020; Krampe et al., 2021).

Neste sentido, à semelhança de estudos sobre conservação transfronteiriça (Hwang, 2022), o artigo adota uma abordagem pós-liberal à construção da paz ambiental, «necessária para que os resultados positivos ultrapassem as consequências indesejáveis» (Ibidem, p. 554). O pós-liberalismo alinha-se com sistemas pastorais, pois permite considerar a gestão comunitária, a tomada de decisão local e os laços sociais fortes, entre outros elementos característicos da governança informal ou não estatal, na promoção da convivência pacífica.

A investigação recente alerta, porém, contra narrativas excessivamente celebratórias da construção da paz ambiental. Embora estudos iniciais sublinhem o seu potencial para promover cooperação, governança e resiliência (Ide et al., 2021; Krampe et al., 2021), perspectivas críticas argumentam que iniciativas ambientais são frequentemente instrumentalizadas para servir interesses de segurança, de doadores ou de elites, em detrimento de grupos marginalizados. Tal tendência pode reforçar desigualdades e legitimar determinados atores sob o pretexto de promover a paz (Davis et al., 2023; Zelli & Krause, 2025). No Afeganistão, onde intervenções externas coexistem com governança frágil e disputas locais de poder, estes riscos são particularmente evidentes.

Um corpo crescente de literatura em estudos de paz e conflito questiona também a romantização das instituições locais nos discursos de construção da paz e de resiliência. Embora sistemas consuetudinários forneçam

capital social vital e mecanismos de resolução de conflitos, não são inerentemente equitativos nem imunes à captura por elites. Deve-se igualmente reconhecer o risco de uma «hibridização institucional» gerar uma «pluralidade de instituições» cuja função pacificadora pode passar de complementar a cooptada pela «política partidária» e por «ecologias políticas», como ilustrado no caso de Agogo, no Gana (Penu & Paaolo, 2021, p. 236).

Assim, a «viragem local» na literatura sobre construção da paz tem sido criticada por tratar instituições locais como homogêneas e universalmente legítimas, ignorando hierarquias internas, práticas de exclusão e dinâmicas de género (Mac Ginty, 2015; Simons & Zanker, 2014). O risco de romantizar o local constitui, no mínimo, uma

«advertência» a ter em conta (Mac Ginty, 2018, p. 171). Fundamentalmente, pode tornar-se mais uma expressão do orientalismo de Said, servindo de justificação para uma «desconexão internacional face a cenários altamente complexos» (Richmond, 2009, p. 153).

Os esforços de construção da paz ambiental baseados em pressupostos idealizados sobre o local podem obscurecer estas complexidades, marginalizando involuntariamente grupos vulneráveis, como mulheres e pastores mais pobres (Nardi et al., 2024; Sändig et al., 2024). Reconhecer estas limitações é essencial para compreender como instituições informais interagem com sistemas de mercado e resiliência entre os kuchi afegãos. A investigação apresentada neste artigo contribui para essa compreensão. Reflete o crescente reconhecimento da relevância dos mecanismos tradicionais ou indígenas de resolução de conflitos, descritos como «técnicas de gestão e resolução de disputas baseadas em práticas antigas e costumes locais», caracterizadas por «decisão por consenso, restauração do equilíbrio humano/recursos e compensações ou trocas que garantem relações contínuas e harmoniosas» (Mac Ginty, 2008)².

Embora estudos anteriores tenham analisado a governança tradicional entre pastores afegãos, a maioria oferece descrições mais do que análises críticas sobre o funcionamento destes sistemas sob fragilidade e stress ambiental. Existe pouca evidência empírica sobre o seu papel adaptativo na gestão de conflitos e impactos climáticos, ou sobre a sua interação com instituições formais. A partir de entrevistas a informantes-chave e dados recolhidos junto de agregados familiares, este estudo contribui para colmatar esta lacuna, analisando de forma aprofundada como as instituições pastorais kuchi navegam a incerteza ambiental. Explora ainda as dimensões da gestão ambiental e examina como as ligações com estruturas formais de governança moldam a resiliência da comunidade e a gestão de recursos.

GOVERNANÇA TRADICIONAL ENTRE OS PASTORES AFEGÃOS

O pastoralismo é um sistema de subsistência resiliente e adaptativo que sustenta mais de 200 milhões de pessoas em 25% da superfície terrestre global, sobretudo em zonas ecologicamente marginais (Desta, 2009; Dong, 2016; Nori et al., 2008). Desenvolvendo a sua atividade em áreas áridas e semiáridas inadequadas à agricultura, os pastores contribuem para a segurança alimentar, a identidade cultural e o equilíbrio ambiental, além de apoiarem as economias nacionais através do comércio pecuário, de carne, fibra, laticínios e peles. Os seus serviços ambientais incluem pastoreio controlado para evitar incêndios florestais e manutenção da biodiversidade das paisagens (Nori et al., 2008; Seid et al., 2016).

O Afeganistão, situado na Ásia Central, permanece um dos Estados mais frágeis do mundo, com uma população maioritariamente rural altamente dependente da agricultura e do gado para a subsistência (FAO, 2022; World Bank, 2023). Constitui também um estudo de caso crucial: as suas comunidades pastorais, os kuchi, operam num contexto onde o stress ambiental, o prolongado conflito e os vazios de governança con-

vergem. Nestes cenários, instituições informais proporcionam frequentemente funções de governança que o Estado é incapaz ou não está disposto a assegurar³.

O pastoralismo no Afeganistão, embora resiliente, enfrenta ameaças significativas, incluindo décadas de conflito, secas recorrentes, degradação das pastagens, surtos de doenças e acesso inseguro à água e aos pastos (Cao, 2012; Moritz et al., 2011). A invasão de pastagens através da expansão de povoamentos, o conflito armado e a urbanização intensificaram a competição pelo seu acesso, resultando, por vezes, em disputas etnicamente marcadas. Secas prolongadas, como as de 1999-2004, eliminaram mais de 70% do gado em algumas regiões (De Weijer, 2007), enquanto riscos atuais incluem falta de forragem de inverno, acesso limitado a serviços veterinários, doenças e volatilidade dos mercados. Crises sobrepostas, como cheias repentinas e a pandemia de covid-19, ameaçam ainda mais os meios de subsistência pastorais, sublinhando a necessidade de políticas de apoio eficazes (Nemat et al., 2022).

Os pastores kuchi, que são mais de 2,5 milhões, são etnicamente diversos, integrando não apenas os pashtun, mas também os beluch, os tajiques, os aimaks e os árabes, unidos por um mesmo sistema de subsistência baseado na mobilidade pecuária (De Weijer, 2002, 2006, 2007; Tepper, 2008). Os padrões de migração sazonal permitem a utilização de pastagens de inverno e verão em todo o Afeganistão, com o acesso historicamente regulado por acordos intertribais mediados por líderes tradicionais – maliks, shuras e jirgas (Agonafir, 2018; Brick, 2008; Kreutzmann & Schütte, 2011; Taizi, 2007). Historicamente, os kuchi serviram como intermediários comerciais essenciais entre o sul da Ásia e o Médio Oriente, transportando bens, difundindo informação de mercado e diversificando fontes de rendimento (De Weijer, 2002; Desta, 2009).

As instituições informais no Afeganistão, incluindo jirgas, shuras, maliks, arbabs e líderes religiosos, constituem normas sociais não escritas e processos tradicionais de tomada de decisão que regulam o acesso a recursos, resolvem disputas e impõem regras comunitárias (Agonafir, 2018; Helmke & Levitsky, 2004; Pejovich, 1999; Saltmarshe & Medhi, 2011). Os líderes religiosos reforçam práticas cooperativas e normas sociais de gestão ambiental. Juntas, estas estruturas regulam o acesso às pastagens, medeiam a alocação de água e facilitam sistemas de reciprocidade como empréstimos de gado, redistribuição de zakat e acordos de pastoreio mútuo (De Weijer, 2002; Moritz et al., 2011). Resistindo a décadas de instabilidade política, estas instituições colmatam lacunas de governança, com as jirgas a funcionarem como fóruns comunitários de construção da paz, solidariedade social e resolução de disputas ambientais (Agonafir, 2018; Kantor, 2009; Roe, 2009; Wardak, 2003).

Importa notar que o Afeganistão é altamente vulnerável a eventos climáticos extremos, que ameaçam meios de subsistência rurais e agravam conflitos existentes (Aliyar et al., 2024; Price, 2019; Privara & Privarova, 2019). Estes eventos resultam em acesso limitado a serviços essenciais, incluindo meios de subsistência, educação e saúde, bem como em dificuldades na cooperação regional sobre rios transfronteiriços e na regulação

sustentável da posse da terra (Aliyar et al., 2024; Price, 2019; Privara & Privarova, 2019). Embora reformas legais anteriores tenham reconhecido direitos comunitários sobre pastagens, mudanças mais recentes minaram estas disposições, frequentemente privilegiando reivindicações dos kuchi nômadas em detrimento das comunidades sedentárias (Foschini & Mirzada, 2024; Wily, 2013)⁴.

Os sistemas tradicionais pastorais são intrinsecamente adaptativos. O pastoreio rotativo, a partilha negociada de água e a mobilidade sazonal previnem o sobrepastoreio, preservam a saúde das pastagens e mantêm a biodiversidade. Estes mecanismos reduzem tensões ao garantir acesso equitativo a recursos essenciais (Kreutzmann & Schütte, 2011). Frequentemente aplicada através de normas costumeiras, e não da lei formal, a posse segura da terra é central para minimizar conflitos baseados em recursos (Murtazashvili & Murtazashvili, 2016).

Abdenur e Tripathi (2022) observam que eventos climáticos de progressão lenta (secas) e de progressão rápida (inundações) são fatores significativos de migração e conflito no Afeganistão. Em áreas com governança formal fraca, instituições consuetudinárias medeiam disputas, mantêm redes de reciprocidade e negociam acordos de partilha de recursos que podem evitar violência. Integrar estes sistemas na governança formal – através de reconhecimento legal, de capacitação e de planeamento participativo – pode reforçar a resiliência socioecológica e a gestão ambiental (Ibidem; Crane, 2013).

EM ÁREAS COM GOVERNANÇA FORMAL FRACA,
INSTITUIÇÕES CONSUETUDINÁRIAS MEDEIAM
DISPUTAS, MANTÊM REDES DE RECIPROCIDADE
E NEGOCEIAM ACORDOS DE PARTILHA DE RECURSOS
QUE PODEM EVITAR VIOLÊNCIA.

O Estado afegão tem-se mostrado reticente em descentralizar a autoridade sobre pastagens para as comunidades locais (Ghulami et al., 2025; Wily, 2013). Esta relutância compromete tanto a construção da paz como a gestão sustentável dos recursos, aprofundando tensões étnicas e intensificando disputas entre grupos pastorais e sedentários (Ghulami et al., 2025; Kreutzmann & Schütte, 2011). O persistente desrespeito pelos direitos consuetudinários à terra aprofunda frustrações, cada vez mais enquadradas em termos étnicos, e aumenta o risco de escalada de conflitos. Estas tensões intensificam-se com a apropriação estatal de pastagens para empreendimentos comerciais, ameaçando meios de subsistência rurais e a gestão ambiental.

Após a tomada do poder pelos talibãs em 2021, a governança ambiental deteriorou-se. Apesar de decretos religiosos incentivarem a reflorestação, verificaram-se desflorestações localizadas e aumento da mineração de carvão, impulsionados pela necessidade económica e pela fraca fiscalização (Lambert et al., 2025). A retirada de financiamento internacional e a perda de quadros qualificados limitaram ainda mais a capacidade governamental de implementar programas ambientais (Hamoon et al., 2025). Embora tenha ocorrido alguma estabilização florestal, a exploração de recursos continua em tensão com os objetivos ambientais. O stress climático cruza-se com fragilidade socioe-

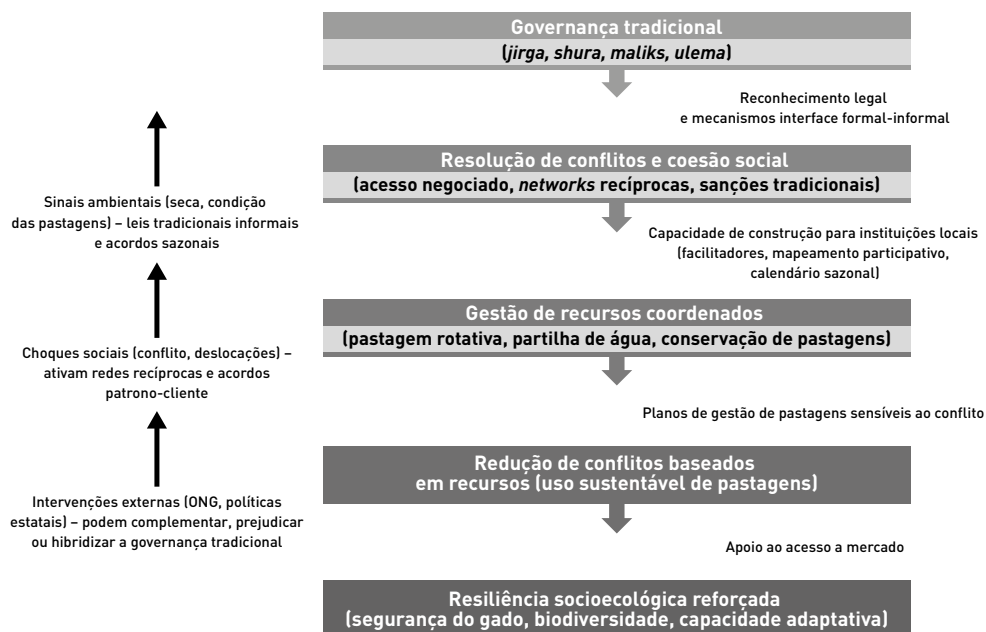
conómica, meios de subsistência ilícitos, instabilidade política e queixas históricas, produzindo dinâmicas complexas de conflito que exigem intervenções integradas de ambiente e construção da paz (Price, 2019).

RESILIÊNCIA E CAMINHOS FUTUROS: UM QUADRO CONCEPTUAL

A resiliência, ou a capacidade de um sistema absorver choques e manter as suas funções essenciais (Walker et al., 2006), depende, em contextos pastorais, da mobilidade adaptativa, da diversidade de recursos, do conhecimento ecológico tradicional e da capacidade de auto-organização (Baival, 2012; Folke et al., 2002). Para os pastores afegãos, construir resiliência requer integrar estratégias modernas de gestão de recursos com o conhecimento local incorporado nas instituições informais. Esta abordagem pode transformar desafios ambientais e sociopolíticos em oportunidades de inovação e desenvolvimento sustentável.

A figura 1 apresenta um quadro conceptual que ilustra os benefícios de envolver as instituições tradicionais no Afeganistão. A figura evidencia vias centrais, incluindo o reforço da governança local, a melhoria da gestão dos recursos e o fortalecimento da coesão social, e mostra como estes elementos interagem para apoiar os meios de subsistência rurais e reduzir o conflito.

Figura 1 > Benefícios do envolvimento das instituições consuetudinárias no Afeganistão



Fonte: Diagrama conceptual adaptado de Agonafir (2018).

Um modelo de governança híbrida, que ligue instituições tradicionais a quadros legais formais, oferece uma abordagem culturalmente legítima, economicamente viável e ecologicamente sustentável para a gestão ambiental e a prevenção de conflitos. Reconhecer e fortalecer estes sistemas pode reduzir conflitos baseados em recursos, reforçar iniciativas de construção da paz e assegurar uma gestão sustentável das pastagens afegãs perante as crescentes pressões climáticas e económicas.

PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO, ÂMBITO E METODOLOGIA

As comunidades pastorais do Afeganistão, particularmente os kuchi, dependeram historicamente de sistemas de governança tradicional, como *jirgas*, *shuras*, *maliks*, *arbabs* e líderes religiosos, para regular o acesso a pastagens, a água e a outros recursos partilhados, bem como para mediar disputas (Kantor, 2009; Wardak, 2003). Estas instituições, baseadas em normas consuetudinárias e consenso social, desempenharam um papel crítico na manutenção da paz e na gestão ambiental. Contudo, nas últimas décadas, a sua eficácia tem sido crescentemente comprometida pela degradação das pastagens, das pressões demográficas e das políticas restritivas de posse da terra (Aliyar et al., 2024; Privara & Privarova, 2019; Wily, 2013). A relutância do Estado em reconhecer legalmente ou descentralizar autoridade para estes sistemas consuetudinários agravou a competição por recursos naturais, aprofundou tensões étnicas e enfraqueceu a capacidade local para gerir terra e água de forma sustentável (Ghulami et al., 2025; Kreutzmann & Schütte, 2011).

Apesar da sua relação custo-eficácia, legitimidade e adaptação aos contextos locais, os mecanismos de governança informal continuam mal integrados nas instituições estatais formais. Esta desconexão limita o seu potencial de contribuir para a prevenção de conflitos, a construção da paz e a adaptação climática em áreas pastorais (Abdenur & Tripathi, 2022). Dada a crescente frequência de riscos climáticos, como secas e inundações, e o seu impacto na mobilidade e nos meios de subsistência pastorais, torna-se urgente avaliar como estes sistemas tradicionais podem ser reforçados e melhor articulados com quadros formais de governança. Abordar esta lacuna é essencial para promover a resiliência socioecológica, garantir acesso equitativo aos recursos e apoiar a sustentabilidade ambiental a longo prazo nas regiões pastorais afegãs.

O âmbito desta investigação centra-se nos kuchi do Afeganistão Central como estudo de caso para explorar a interseção entre governança tradicional, gestão ambiental e resolução de conflitos sob *stress* climático. Analisa os arranjos de governança históricos e contemporâneos, com base em revisões da literatura e entrevistas com famílias e informantes-chave entre janeiro e dezembro de 2015, explorando os movimentos dos pastores ao longo do ano. Geograficamente, o estudo concentra-se nas áreas pastorais das províncias de Cabul e Parwan, com particular atenção aos padrões de mobilidade sazonal, de práticas de partilha de recursos e de desafios de governança no período pós-2000. Ao situar estes resultados no contexto mais amplo da construção da paz ambiental, o estudo procura fornecer

contributos práticos para integrar instituições consuetudinárias nas estratégias de política nacional e nos esforços para uma paz sustentável.

Nas províncias de Cabul e Parwan encontram-se populações significativas de pastores *kuchi*, que praticam mobilidade sazonal entre pastagens de inverno e de verão (De Weijer, 2002; Kreuzmann & Schütte, 2011). O gado continua a ser central para o rendimento, a segurança alimentar e a identidade cultural destas comunidades, enquanto o acesso às pastagens é amplamente negociado através de instituições tradicionais e de líderes religiosos (Agonafir, 2018; Wardak, 2003).

Os participantes do estudo incluíram chefes de agregado familiar, anciãos comunitários e atores de governança envolvidos no pastoralismo. Os agregados foram selecionados para captar variação no tamanho dos rebanhos, nos padrões de mobilidade e na composição étnica, assegurando que a amostra refletisse a diversidade das comunidades pastorais (Etikan et al., 2016; Moritz et al., 2011). Os informantes-chave incluíram líderes tradicionais, funcionários governamentais e representantes de organizações não governamentais envolvidos em desenvolvimento pecuário e governança pastoral.

O estudo adotou um desenho metodológico misto, de corte transversal, de forma a captar simultaneamente as características quantitativas dos meios de subsistência pastorais e as dimensões qualitativas da governança tradicional e da gestão ambiental. Inquéritos estruturados aos agregados familiares recolheram informação sobre dados demográficos, acesso a pastagens e a água e participação em estruturas de governança. Para complementar estes dados, realizaram-se entrevistas semiestruturadas a informantes-chave, explorando mecanismos de resolução de conflitos, processos de governança consuetudinária e estratégias de adaptação a fatores de *stress* ambiental. Creswell (2014) considera tais abordagens adequadas em investigação socioecológica, em que as interações humano-ambiente são altamente complexas e requerem triangulação de fontes de dados.

A seleção dos participantes foi guiada por uma estratégia de amostragem em múltiplas etapas. As províncias e os distritos foram escolhidos intencionalmente devido à sua densidade pastoral, variação ecológica e acessibilidade. Dentro dos distritos selecionados, as aldeias foram escolhidas aleatoriamente, seguindo-se uma amostragem aleatória estratificada dos agregados com base no tamanho do rebanho, no chefe do agregado e nos padrões de mobilidade, para capturar diversidade socioeconómica e étnica (United Nations Statistics Division, 2005). No total, 153 agregados participaram no inquérito quantitativo, enquanto seis entrevistas a informantes-chave forneceram perspetivas qualitativas sobre o papel da governança tradicional e da gestão ambiental nos sistemas pastorais. Embora o número seja reduzido, estes informantes foram selecionados intencionalmente pela sua profunda experiência em governança pastoral, instituições tradicionais e gestão de recursos. O guião de entrevista explorou questões como governança e acesso a recursos (De Weijer, 2002), papéis de construção da paz e resolução de conflitos das instituições tradicionais (Roe, 2009; Wardak, 2003) e estratégias de adap-

tação ao stress ambiental e à variabilidade climática (Aliyar et al., 2024; Moritz et al., 2011). Com o consentimento dos participantes, todas as entrevistas foram gravadas para análise.

Os dados quantitativos foram recolhidos através de questionários estruturados administrados por inquiridores treinados e fluentes nas línguas locais. Para assegurar clareza, fiabilidade e adequação cultural, os questionários foram pré-testados em aldeias não incluídas no estudo, conforme recomendado por Fowler (2014). Estatísticas descritivas (médias, frequências e percentagens) foram utilizadas para resumir as características dos agregados familiares, os padrões de mobilidade e a participação em estruturas de governança. Em seguida, aplicaram-se estatísticas inferenciais para testar relações e associações entre variáveis. Um teste do qui-quadrado (X^2) avaliou associações entre variáveis categóricas, utilizando o SPSS de acordo com Agresti (2018). Para explorar os preditores dos resultados de resiliência, aplicou-se regressão logística no SPSS, modelando a probabilidade de resiliência (variável binária/categórica) como função de variáveis explicativas como etnia e acesso a serviços (Hosmer et al., 2013). Para reforçar a consistência, procedeu-se à triangulação entre literatura, resultados quantitativos e qualitativos, aumentando a validade e a fiabilidade dos resultados (Patton, 2015).

DEMOGRAFIA E VARIÁVEIS DE SUBCLÃ

Os meios de subsistência pastorais no Afeganistão estão intrinsecamente ligados a identidades étnicas, características socioeconómicas e padrões de mobilidade. Embora o pastoralismo abranja vários grupos étnicos (De Weijer, 2002; Tepper, 2008), este estudo centrou-se em pastores pashtun, que preservam práticas migratórias tradicionais através de diversos subclãs. Os subclãs pashtun envolvidos no estudo incluem kharoty, soofikhail, khomarykhail, espankhowara, deenaarkheel, tarakhial, otmankial, senzay, rustumkhial, trakhail e hosiankhail.

As entrevistas com especialistas e líderes comunitários destacaram três categorias de pastores: móveis, semisedentarizados e sedentarizados. Os pastores móveis são totalmente nómadas, deslocando-se frequentemente através de fronteiras internacionais como as do Irão, do Paquistão e do Tadjiquistão, bem como por várias províncias afegãs. Os pastores semisedentarizados migram sazonalmente dentro dos limites provinciais ou distritais, enquanto os sedentarizados se dedicam sobretudo à agricultura, com apenas parte do seu gado a seguir movimentos sazonais (De Weijer, 2006; Tepper, 2008).

O tamanho médio dos agregados familiares dos inquiridos neste estudo foi de 9,12, superior à média nacional afegã de 7,4 (Central Statistics Organization, 2014). Os pastores mantêm características socioeconómicas distintas, incluindo posse de gado, mobilidade sazonal, sotaques linguísticos particulares e o uso das tradicionais tendas kuchi. Estes resultados confirmam que a identidade kuchi é sobretudo socioeconómica, e não exclusivamente tribal (De Weijer, 2002, 2006, 2007). A classificação de riqueza indicou que aproximadamente 33% das famílias estão em melhor situação financeira,

enquanto 10% são muito pobres. Esta variação reflete tanto dinâmicas de mercado como vulnerabilidade ambiental, evidenciando as estratégias adaptativas necessárias para os modos de vida pastorais (Desta, 2009; Leach et al., 2007).

INTERAÇÕES ENTRE CHOQUES, ESTRATÉGIAS DE *COPING* E INSTITUIÇÕES INFORMAIS

Os pastores enfrentam choques ambientais, sociopolíticos e económicos recorrentes, incluindo secas, conflitos, surtos de doenças do gado e conversão de pastagens em

OS RESULTADOS DESTA INVESTIGAÇÃO DEMONSTRAM QUE O CONFLITO É O SEGUNDO CHOQUE E FATOR DE *STRESS* MAIS IMPORTANTE, DEPOIS DA SECA, QUE AFETA OS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA E A VIDA DOS PASTORES.

áreas de assentamento (Desta, 2009; Leach et al., 2007). Os resultados desta investigação demonstram que o conflito é o segundo choque e fator de *stress* mais importante, depois da seca, que afeta os meios de subsistência e a vida dos pastores. Os inquiridos referiram estratégias de preparação,

como a venda de gado excedentário, a diversificação dos meios de subsistência e a mobilização de redes de parentesco e estruturas consuetudinárias para amortecer os impactos dos choques, em consonância com os resultados de Schütte (2009).

Estas estratégias demonstram a centralidade do capital social e da inserção institucional na mediação do risco e na promoção da resiliência, alinhando-se com Schütte (*Ibidem*) e Agonafir (2018). As instituições informais, frequentemente complementadas pela liderança religiosa através de mecanismos como o *zakat* e a orientação de *mullahs* locais, desempenham um papel fundamental na coordenação da ação coletiva durante crises. *Shuras* e *jirgas* oferecem espaços de negociação e resolução de disputas, permitindo respostas adaptativas a pressões ambientais e sociopolíticas.

Recorrendo à regressão logística e *odds ratios*⁵, comparamos a resiliência a choques e fatores de *stress*, incluindo conflito e pressões ambientais, entre diferentes níveis de riqueza no período entre 2000 e 2015. Os resultados não foram estatisticamente significativos, indicando ausência de variações detetáveis nos padrões de resiliência entre grupos de riqueza durante este período⁶.

Como referiu um dos inquiridos informantes-chave, então diretor dos Assuntos Kuchi no Ministério da Agricultura, Irrigação e Pecuária:

Durante séculos, os kuchi sustentaram um estilo de vida migratório que apoiou a resiliência pastoral e a gestão ambiental. Desde a guerra soviética, a mobilidade restringida forçou muitos a sedentarizar-se, e o seu futuro permanece incerto devido ao conflito contínuo e às disputas pela propriedade da terra. (M. Rahman, comunicação pessoal, 21 de abril de 2015)

Esta divergência evidencia as dinâmicas sociopolíticas e ambientais únicas do Afeganistão, onde a governança informal e a gestão coletiva dos recursos desempenham um

papel mais determinante na configuração da resiliência do que a riqueza individual. Um estudo do Banco Mundial (World Bank, 2017) apresentou uma perspectiva contrastante, embora o seu foco recaia principalmente sobre perigos naturais, não incluindo conflitos ou guerra. Os resultados deste estudo também não são consistentes com o trabalho de McPeak e Little (2017) em África, que indica claramente que «os mais ricos e menos vulneráveis demoraram mais tempo a recuperar» após a ocorrência de choques, comparativamente aos mais pobres. Outros estudos em África e na Ásia também divergem destas conclusões, mostrando que famílias relativamente mais favorecidas diversificam os seus meios de subsistência, tornando-se mais resilientes (Little, 2021; Melketo et al., 2021; Tan & Tan, 2017; Tsai, 2006). Uma análise adicional não revelou diferenças significativas entre grupos etários na preparação para a resiliência, sugerindo uma transmissão intergeracional robusta de conhecimento e uma forte integração de práticas de resiliência nas normas sociais (Agonafir, 2018; Bujones et al., 2013).

INSTITUIÇÕES INFORMAIS E GOVERNANÇA DE RECURSOS

As instituições informais, como *maliks*, *jirgas*, *shuras* e *ashar*, desempenham papéis fundamentais na regulação do acesso aos recursos, na mediação de conflitos e na coordenação da ação coletiva entre pastores nas províncias de Cabul e Parwan. Embora muitos inquiridos tenham reportado um conhecimento limitado sobre instituições informais formalizadas, a autoridade de *maliks* e *jirgas* na resolução de conflitos e na alocação de recursos permanece significativa, corroborando investigações anteriores (Brick, 2008; De Weijer, 2002; Wardak, 2003). Este estudo constatou que todos os participantes identificaram a *jirga* como o principal fórum para resolver e prevenir conflitos, sendo as suas normas e regras ainda amplamente respeitadas. Os *maliks* funcionam como autoridades executivas em disputas relacionadas com posse de terra e pastagens, enquanto o *ashar* organiza trabalho comunitário e manutenção de recursos, reforçando a coesão social e a responsabilidade partilhada (Taizi, 2007).

O facilitador de campo do Projeto Kuchi na província de Logar, no leste do Afeganistão, afirmou:

A *jirga*, ou conselho provincial kuchi, está principalmente envolvida na negociação do acesso a terras de pastagem e água, na mediação de disputas de propriedade, na resolução de conflitos sobre rotas migratórias e na facilitação de acordos que salvaguardam os interesses das comunidades kuchi. (I. Fakhri, comunicação pessoal, 15 de abril de 2015)

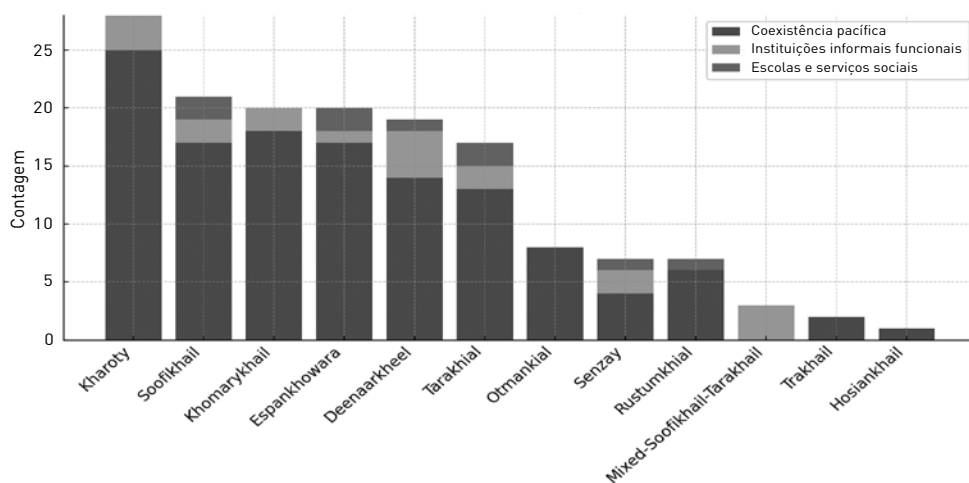
As instituições informais, frequentemente complementadas pela liderança religiosa (por exemplo, *zakaat* e *mullahs*), facilitam a tomada de decisão coletiva e a partilha de recursos durante crises (Brick, 2008; De Weijer, 2002). Instituições informais e líderes religiosos mantêm sistemas de apoio recíproco, como empréstimos de gado e acordos de pastagem mútuos (Agonafir, 2018; De Weijer, 2002; Moritz et al., 2011; Saltmarsh & Medhi, 2011).

Além disso, os líderes religiosos desempenham uma função fundamental na promoção da cooperação e no reforço das normas sociais que sustentam a gestão ambiental, ajudando a evitar que conflitos sobre recursos escalem para violência.

A interação entre instituições informais e formais pode ser complementar, acomodativa, substitutiva ou competitiva (Estrin & Prevezer, 2010; Helmke & Levitsky, 2004). Maliks, jirgas e shuras operam predominantemente de forma complementar, coordenando o acesso a pastagens, mediando conflitos e gerindo recursos hídricos, enquanto se alinham com objetivos formais de governança. Quando as regras formais são fracas ou desalinhadas, a governança consuetudinária garante continuidade, reforça a coesão social e mantém uma gestão eficaz dos recursos, evidenciando o seu papel central na sustentação dos meios de vida pastorais, na mitigação de conflitos e na promoção da resiliência comunitária (Kantor, 2009; Pejovich, 1999).

Para compreender melhor a contribuição da governança informal para a resiliência, o estudo analisou a associação entre a afiliação subétnica (clã) e indicadores de resiliência ao nível da aldeia, incluindo coexistência pacífica, funcionamento de instituições informais e operatividade de escolas e de serviços sociais (figura 2).

Figura 2 > Indicadores de resiliência por grupo étnico



Fonte: Elaboração dos autores.

A análise de contingência utilizando o teste do qui-quadrado revelou uma relação estatisticamente significativa (Pearson $X^2(22) = 35,99$, $p = 0,030$). A regressão logística demonstrou que a coexistência pacífica ($p = 0,002$) e o funcionamento eficaz das instituições informais ($p = 0,004$) foram preditores significativos da resiliência global ao nível da aldeia, enquanto a presença de escolas e de serviços sociais operacionais não mostrou diferenças estatisticamente significativas ($p = 0,44$). Estes resultados alinham-se com o trabalho de Abrahams e Richmond (2019), destacando o papel crítico das estruturas tradicionais baseadas na comunidade, incluindo fóruns para a coexistência pacífica, no reforço da resiliência na província de Kunduz, no Afeganistão.

A governança tradicional entre os pastores afegãos é ainda reforçada pelo código *pashtunwali*, que enfatiza princípios como *melmastia* (hospitalidade), *badal* (vingança), *nang* (honra) e *nanawatai* (santuário). Estes valores moldam as relações interpessoais, orientam a resolução de disputas e promovem a tomada de decisão coletiva, fomentando assim a coesão social, a estabilidade e o cumprimento das normas consuetudinárias (Brick, 2008; De Weijer, 2002). A interação entre estas normas e as instituições de governança informal assegura que as comunidades pastorais conseguem sustentar os seus meios de vida, mitigar conflitos sobre recursos naturais e manter capacidade adaptativa mesmo em ambientes altamente dinâmicos e politicamente complexos, como o Afeganistão.

VARIAÇÕES SUBÉTNICAS NA GOVERNANÇA E RESILIÊNCIA

A resiliência constitui uma característica essencial dos meios de subsistência pastoris no Afeganistão, com as instituições informais no seu centro. Para os pastores *kuchi* de Cabul e Parwan, a resiliência manifesta-se na capacidade de manter o gado, assegurar locais de abrigo durante cheias, preservar a coesão social e sustentar sistemas de governança informal. Embora os inquiridos tenham relatado que os atuais níveis de resiliência são, em geral, inferiores aos de há quinze anos, as análises estatísticas de Agonafir (2018) não revelaram diferenças significativas entre as províncias de Cabul e Parwan ($p > 0,05$).

Os pastores recorrem a diversas estratégias adaptativas, incluindo a diversificação pecuária, a mobilidade sazonal, o envolvimento em redes de mercado e a governança comunitária, para enfrentar pressões ambientais, sociopolíticas e económicas (Bujones et al., 2013; Davies et al., 2015; Odhiambo, 2012; Oseni & Bebe, 2011). As instituições tradicionais, como *maliks*, *jirgas*, *shuras* e *ashar*, apoiam estas estratégias facilitando negociações, trabalho comunitário e gestão coordenada dos pastos. A eficácia destes mecanismos varia entre subgrupos étnicos: os inquiridos *kharoty* e *soofikhail* relataram níveis de resiliência estáveis em comparação com quinze anos antes, enquanto os grupos

A RESILIÊNCIA CONSTITUI UMA CARACTERÍSTICA
ESSENCIAL DOS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA
PASTORALISTAS NO AFGANISTÃO,
COM AS INSTITUIÇÕES INFORMAIS NO SEU CENTRO.

otmankial e rustumkhial indicaram um enfraquecimento do apoio comunitário. A análise do qui-quadrado confirma uma associação significativa entre filiação étnica e percepções sobre a liderança tradicional ($X^2(11, N = 153) = 21,37, p = 0,030$). Estes resultados alinham-se com a investigação de Khan (2024), que evidencia diferenças intraétnicas na resiliência associadas a regras indígenas, a normas sociais e a papéis de género. Reclamações sobrepostas de recursos, como os conflitos de pastagens entre kuchi e hazara no Afeganistão, podem pressionar os mecanismos tradicionais de resolução de conflitos, especialmente onde a legitimidade estatal é parcial em áreas de bens comuns contestados (Foschini & Mirzada, 2024). Evidências da Mongólia demonstram igualmente que programas de gestão de pastagens concebidos externamente apresentam resultados variáveis dependendo da força e do desenho das instituições locais (Fernández-Giménez & Le Febre, 2006). Redes sociais robustas e acesso ao mercado reforçam a diversificação dos meios de subsistência, tornando estes grupos étnicos mais resilientes do que outros (Baird, 2024).

Apesar da diminuição do apoio por parte do novo regime talibã desde 2021, a *shura* ou os conselhos permanecem ativos, mantendo influência e legitimidade junto das populações rurais (Bjelica, 2024). Em consonância com as sugestões dos entrevistados informantes-chave desta investigação e alinhada com estudos adicionais, a integração das instituições informais com estruturas formais, como os anteriores conselhos de desenvolvimento comunitário, reforça a governança, mitiga desigualdades e aprimora a capacidade adaptativa a longo prazo (Kantor, 2009; Roe, 2009; Tsai, 2006). Não obstante os desafios, como a insegurança e as migrações sazonais prolongadas, os pastores empregam estas estratégias adaptativas para manter os meios de subsistência e a coesão social. Embora alguns críticos sugiram que os mecanismos informais têm capacidade limitada para reduzir a pobreza ou fortalecer a resiliência (Schütte, 2009), as evidências do Afeganistão sublinham o seu papel indispensável na resolução de conflitos, na gestão de recursos e na sustentação dos meios de subsistência pastoris (Brick, 2008; De Weijer, 2002; Pejovich, 1999).

CONCLUSÃO: UM CASO PARA A MEDIAÇÃO INDÍGENA E A RESILIÊNCIA COMUNITÁRIA

As evidências empíricas deste estudo destacam o papel crítico das instituições informais – *maliks*, *jirgas*, *shuras* e *ashar* – na sustentação dos meios de subsistência dos pastores, na regulação do acesso a recursos essenciais e na mitigação de conflitos no Afeganistão. Frequentemente reforçadas pela liderança religiosa, estas estruturas tradicionais apoiam a gestão de recursos, a resolução de disputas, a preservação ambiental e a coesão social, contribuindo para a resiliência comunitária.

A resiliência parece ser mais determinada pela eficácia funcional destas instituições e pelas redes sociais incorporadas do que pela riqueza dos agregados familiares isoladamente. As variações subétnicas revelam diferenças na autoridade e no desempenho dos

líderes consuetudinários, refletindo normas localizadas e padrões de acesso a recursos. As análises estatísticas indicam que a coexistência pacífica e a governança informal funcional são preditores significativos da resiliência ao nível das aldeias.

Este artigo contribui para o crescente corpo de estudos sobre governança informal e mediação ambiental indígena a partir de uma perspectiva pós-liberal, afastando-se de abordagens exclusivamente centradas no Estado. A investigação sublinha a importância de incluir e alinhar estrategicamente as instituições informais com a governança formal para operacionalizar a construção da paz ambiental, sustentar os meios de subsistência e promover a resolução duradoura de conflitos nas áreas rurais do Afeganistão e em contextos pastorais frágeis semelhantes. ^{RI}

Data de receção: 26 de agosto de 2025 | Data de aprovação: 20 de outubro de 2025

Chalachew Agonafir Diretor executivo do Dutch Committee for Afghanistan, é especialista em desenvolvimento internacional, nomeadamente na relação entre meios de subsistência, clima, segurança alimentar e resiliência a conflitos em África e na Ásia Central/Ocidental.

> Dutch Committee for Afghanistan (DCA), Street 5 of Syloo, District 3, Cabul, Afeganistão | chalachew.agonafir@dca-livestock.org | <https://orcid.org/0009-0002-7786-1813>

Ana Carina S. Franco Investigadora associada do IPRI-NOVA e doutorada em Relações Internacionais pela NOVA FCSH, é analista e investigadora especializada em estudos de paz e conflito, apoio ao sector da segurança e intervenções externas, com foco em África e na Ásia Ocidental.

> IPRI-NOVA, Rua de Dona Estefânia, 195, 5.º D.º, 1000-155 Lisboa, Portugal | afranco@fcsf.unl.pt | <https://orcid.org/0000-0002-4061-3241>

NOTAS

¹ Este foi também o principal argumento de Ghani e Malley (2020), que destacam o papel predominante da governança na gestão dos recursos naturais. Uma abordagem semelhante foi adotada por Salehyan (2008).

² Mac Ginty (2008) também apresenta o exemplo do importante papel desempenhado a nível nacional pelas *loya jirgas* após a derubada do regime talibã na década de 2000. A *loya jirga* é uma assembleia na qual líderes tribais afegãos, anciãos e outros participantes discutem assuntos principalmente de interesse nacional.

³ O papel da governança informal tem sido explorado na literatura, considerando uma variedade de contextos geográficos, com foco

em África e na Ásia. Isso inclui uma crítica ao estatocentrismo e à prevalência do paraestatismo, que foi apresentada, por exemplo, por Trotha (2009).

⁴ Apesar de serem etnicamente diversos, os kuchi no Afeganistão são principalmente pashtuns e, historicamente, mais próximos das autoridades governamentais nacionais devido à afinidade étnica. Por exemplo, Isby (2010) explica que as disputas nas décadas de 1970 e 1980 entre os pastores nómadas kuchi e os pastores sedentários hazara levaram as autoridades governamentais, também principalmente da etnia pashtun, a privilegiar o grupo nómada.

⁵ A *odds ratio* foi calculada utilizando o

abordagem de Bland e Altman (2000) para quantificar a força da associação entre diferentes variáveis.

⁶ Em comparação com as famílias em melhor situação financeira, as categorias «média», «pobre» e «muito pobre» apresentaram menores probabilidades de relatar menor resiliência em relação a quinze anos atrás, mas nenhuma das diferenças foi estatisticamente significativa ($p > 0,05$).

BIBLIOGRAFIA

- Abdenur, A. E., & Tripathi, S. (2022). Local approaches to climate sensitive peacebuilding: Lessons from Afghanistan. *Global Social Journal*, 1, 40-58. <https://doi.org/10.1332/UOQE8930>
- Abrahams, A., & Richmond, O. (2019). Statebuilding, legal pluralism, and irregular warfare: Assessing the Dutch mission in Kunduz province, Afghanistan. *Journal of Intervention and Statebuilding*, 8(3), 300-320. <https://doi.org/10.1080/21647259.2019.1620907>
- Agonafr, C. N. (2018). Pastoralists resilience: The roles of customary institutions in central Afghanistan. *Solutions Journal*. <https://thesolutionsjournal.com/pastoralist-resilience-roles-customary-institutions-central-afghanistan/>
- Agresti, A. (2018). *Statistical methods for the social sciences*. Pearson.
- Aliyar, Q., Keshavarz, M., Salari, M. W., Haro-Monteagudo, D., Esmailnejad, M., & Collins, N. (2024). Perceptions of and adaptation to climate change in mountainous agro-pastoral communities: The case of the Afghan central highlands. *Climate Risk Management*, 45. <https://doi.org/10.1016/j.crm.2024.100639>
- Baird, T. D. (2024). Pastoralist livelihood diversification and social network transition: A conceptual framework. *Pastoralism: Research, Policy and Practice*, 14, 12892. <https://doi.org/10.3389/past.2024.12892>
- Baival, B. (2012). *Community-based rangeland management and social ecological resilience of rural Mongolian communities* [Tese de doutoramento não publicada]. Colorado State University, Fort Collins.
- Bland, J. M., & Altman, D. G. (2000). The odds ratio. *BMJ*, 320(7247), 1468. <https://doi.org/10.1136/bmj.320.7247.1468>
- Bjelica, J. (2024). The fate of village councils: The Emirate's effort to institute hegemony over rural Afghanistan. *Afghan Analysts*. <https://www.afghanistan-analysts.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2024/07/2024-Village-Councils-FINAL1.pdf>
- Brick, J. (2008). *The political economy of customary village organizations in rural Afghanistan*. Department of Political Science, University of Wisconsin-Madison.
- Brivati, B. (2022). *Losing Afghanistan: The fall of Kabul and the end of Western intervention*. Biteback Publishing.
- Bujones, A. K., Jaskiewicz, K., Linakis, L., & McGirr, M. (2013). *A framework for analyzing resilience in fragile and conflict-affected situations*. Columbia University SIPA. <https://www.sipa.columbia.edu/sites/default/files/migrated/documents/USAID%2520Final%2520Report.pdf>
- Cao, L. (2012). Informal institutions and property rights. *Faculty Publications*, 1427. <http://scholarship.law.wm.edu/fac-pubs/1427>
- Central Statistics Organization (CSO). (2014). *National risk and vulnerability assessment 2011-12: Afghanistan Living Condition Survey*. CSO.
- Conca, K., & Beevers, M. D. (2018). Environmental pathways to peace. In A. Swain & J. Øjendal (Eds.), *Routledge handbook of environmental conflict and peacebuilding* (pp. 54-72). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315473772>
- Conca, K., & Dabelko, G. D. (Eds.). (2002). *Environmental peacemaking*. Woodrow Wilson Center Press / Johns Hopkins University Press.
- Crane, T. A. (2013). *The role of local institutions in adaptive processes to climate variability: The cases of southern Ethiopia and southern Mali*. Oxfam. <http://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/rr-local-institutions-adaptive-climate-ethiopia-mali-080213-en.pdf>
- Creswell, J. W. (2014). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (4.^a ed.). SAGE Publications.
- Davis, K., Peters, L. E. R., Van Den Hoek, J., & Conca, K. (2023). Power in environmental peacebuilding. *World Development Sustainability*, 3, 100-110. <https://doi.org/10.1016/j.wds.2023.100110>
- Davies, J., Robinson, L. W., & Ericksen, P. J. (2015). Development process resilience and sustainable development: Insights from the drylands of Eastern Africa. *Society & Natural Resources*, 28(3), 328-343. <https://doi.org/10.1080/08941920.2014.970734>
- De Weijer, F. (2002). *Pastoralist vulnerability study*. AFSU / VAM Unit of World Food Programme. <ftp://ftp.fao.org/country/afghanistan/kuchi.pdf>
- De Weijer, F. (2006). *Proceedings of Afghan pastoralists (Kuchi): A national conference, 15-17 November 2005, Kabul, Afghanistan*. USAID.
- De Weijer, F. (2007). Afghanistan Kuchi pastoralists: Changes and adaptations. *Nomadic Peoples*, 11(1), 9-37. <https://doi.org/10.3167/np.2007.110102>
- Desta, S. (2009). *Risk management strategy for Kuchi herders in Afghanistan*. PEACE Project.
- Dong, S. (2016). Overview: Pastoralism in the world. In S. Dong, K. A. Kassam, J. Tourrand, & R. Boone (Eds.), *Building resilience of human-natural systems of pastoralism in the developing world*. Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-319-30732-9_1
- Estrin, S., & Prevezer, M. (2010). The role of informal institutions in corporate governance: Brazil, Russia, India and China compared. *Asia Pacific Journal of Management*, 28(1), 41-67. <https://doi.org/10.1007/s10490-010-9229-1>
- Etikan, I., Musa, S. A., & Alkassim, R. S. (2016). Comparison of convenience sampling and purposive sampling. *American Journal of Theoretical and Applied Statistics*, 5(1), 1-4. <https://doi.org/10.11648/j.ajtas.20160501.11>
- Fernández-Giménez, M. E., & Le Febvre, S. (2006). Mobility in pastoral systems: Dynamic flux among Mongolian herders. *Global Environmental Change*, 16(1), 20-37.
- Folke, C., Carpenter, S., Elmqvist, T., Gunderson, L., Holling, C. S., & Walker, B. (2002). Resilience and sustainable development: Building adaptive capacity in a world of transformations. *AMBIO*, 31(5), 437-440. <https://doi.org/10.1579/0044-7447-31.5.437>
- Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). (2022). *Livestock sector review: Afghanistan*. <https://www.fao.org/publications>
- Foschini, F., & Mirzada, R. (2024). *The pastures of heaven: An update of Kuchi-Hazara disputes as spring approaches*. *Afghanistan Analysts*. <https://www.afghanistan-analysts.org/en/reports/political-landscape/the-pastures-of-heaven-an-update-of-kuchi-hazara-disputes-as-spring-approaches/>
- Fowler, F. J. (2014). *Survey research methods* (5.^a ed.). SAGE Publications.
- Ghani, T., & Malley, R. (2020). Climate change doesn't have to stoke conflict. *Foreign Affairs*. <https://www.foreignaffairs.com/articles/ethiopia/2020-09-28/climate-change-doesnt-have-stoke-conflict>
- Ghulami, G. H., Lali, M. N., Hazim, Z., & Sharafat, A. A. (2025). Assessing rangeland conditions and sustainable management strategies in Bamyán, Afghanistan. *Journal of Natural Science Review*, 3(2), 18-33. <https://doi.org/10.62810/jns.v3i2.185>
- Hamoon, W., Krawchenko, B., & Krawchenko, T. (2025). Governance and public administration under the Taliban. *Asian Affairs*, 56(1), 87-111. <https://doi.org/10.1080/03068374.2024.2446960>
- Helmke, G., & Levitsky, S. (2004). Informal institutions and comparative politics: A research agenda. *Perspectives on Politics*, 2(4), 725-740. <https://doi.org/10.1017/S1537592704040472>
- Hosmer, D. W., Lemeshow, S., & Sturdivant, R. X. (2013). *Applied logistic regression* (3.^a ed.). Wiley.
- Hwang, J. (2022). Building sustainable peace through environmental cooperation in the island of Ireland: Modelling transboundary conservation. *Irish Political Studies*, 37(4), 548-570. <https://doi.org/10.1080/07907184.2021.2011230>

- Ide, T. (2020). The dark side of environmental peacebuilding. *World Development*, 127. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2019.104777>
- Ide, T., Bruch, C. D., Carius, A., Conca, K., Dabelko, G. D., Matthew, R., & Weinthal, E. (2021). The past and future(s) of environmental peacebuilding. *International Affairs*, 97(1), 1-16. <https://doi.org/10.1093/ia/iaal177>
- Isby, D. (2010). *Afghanistan: Graveyard of empires: A new history of the borderland*. Pegasus Books.
- Kantor, P. (2009). *Understanding informal institutions in Afghanistan*. Middle East Institute. <http://www.mei.edu/content/understanding-informal-institutions-afghanistan>
- Khan, Z. (2024). *Indigenous knowledge and community institutions' role in Pashtun pastoral community resilience to climate change*. Global Sustainability Research. <https://doi.org/10.56556/gssrv.3i2.925>
- Krampe, F., Hegazi, F., & Van Deveer, S. (2021). Sustaining peace through better resource governance: Three potential mechanisms for environmental peacebuilding. *World Development*, 144, 105508. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2021.105508>
- Kreutzmann, H., & Schütte, S. (2011). Contested commons – multiple insecurities of pastoralists in north-eastern Afghanistan. *Erdkunde*, 65(2), 99-119. <https://doi.org/10.2307/23030660>
- Lambert, L. A., Tayah, J., Adam, H. A., & Esmailnejad, M. (2025). From rebel governance to energy and environmental policies in a post-war setting: The case of the Taliban in Afghanistan. *Journal of Political Ecology*, 32. <https://doi.org/10.2458/jpe.6985>
- Leach, M., Scoones, I., & Stirling, A. (2007). *Pathways to sustainability: An overview of the STEPS Centre approach* (STEPS Approach Paper). STEPS Centre. http://www.steps-centre.org/PDFs/fnal_steps_overview.pdf
- Little, P. D. (2021). Does livelihood and asset diversification contribute to pastoralist resilience? The case of Il Chamus, Baringo County, Kenya, 1980-2018. *Nomadic Peoples*, 25(2). <https://doi.org/10.3197/np.2021.250202>
- Mac Ginty, R. (2008). Indigenous peace-making versus the liberal peace. *Cooperation and Conflict*, 43(2), 139-163. <https://doi.org/10.1177/001083670808089>
- Mac Ginty, R. (2015). Where is the local? Critical localism and peacebuilding. *Third World Quarterly*, 36(5), 840-856. <https://doi.org/10.1080/01436597.2015.1045482>
- Mac Ginty, R. (2018). The limits of technocracy and local encounters: The European Union and peacebuilding. *Contemporary Security Policy*, 39(1), 166-179. <https://doi.org/10.1080/13523260.2017.1407191>
- McPeak, J. G., & Little, P. D. (2017). Applying the concept of resilience to pastoralist household data. *Pastoralism: Research, Policy and Practice*, 7(14). <https://doi.org/10.1186/s13570-017-0082-4>
- Melketo, T., Schmidt, M., Bonatti, M., Sieber, S., Müller, K., & Lana, M. (2021). Determinants of pastoral household resilience to food insecurity in Afar Region, northeast Ethiopia. *Journal of Arid Environments*, 188. <https://doi.org/10.1016/j.jaridenv.2021.104454>
- Moritz, M., Giblin, J., Ciccone, M., Davis, A., Fuhrman, J., Kimiaie, M., Madzsar, S., Olson, K., & Senn, M. (2011). Social risk-management strategies in pastoral systems: A qualitative comparative analysis. *Cross-Cultural Research*, 45(3), 286-317. <https://doi.org/10.1177/1069397111402464>
- Murtazashvili, I., & Murtazashvili, J. (2016). Can community-based land adjudication and registration improve household land tenure security? Evidence from Afghanistan. *Land Use Policy*, 55, 230-239. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2016.04.010>
- Nardi, M. A., Krause, T., & Zelli, F. (2024). Diverse understandings and values of nature at the peace-environment nexus: A critical analysis and policy implications towards decolonial peace. *Ecology and Society*, 29(4), Article 41. <https://doi.org/10.5751/ES-15198-290441>
- Nemat, O., Diwakar, V., Ghafoori, I., & Azadmanesh, S. (2022). Livelihoods and welfare amidst layered crises in Afghanistan. *Institute of Development Studies*. <https://doi.org/10.19088/1968-2022.127>
- Nori, M., Taylor, M., & Sensi, A. (2008). *Browsing on fences: Pastoral land rights, livelihoods and adaptation to climate change* (IIED Issue Paper No. 148). Russell Press.
- Odhiambo, M. O. (2012). *Impact of conflict on pastoral communities' resilience in the Horn of Africa: Case studies from Ethiopia, Kenya and Uganda*. Reconcile/FAO. <http://www.alnap.org/pool/ftes/full-doc-28.pdf>
- Oseni, S. O., & Bebe, B. O. (2011). *Animal adaptive characteristics and herders' perception of adaptation to climate variability in pastoral systems in arid Kenya*. <http://start.org/download/acfcfp/oseni-final.pdf>
- Patton, M. Q. (2015). *Qualitative research & evaluation methods: Integrating theory and practice* (4th ed.). SAGE Publications.
- Pejovich, S. (1999). The effect of the interaction of formal and informal institutions on social stability and economic development. *Markets and Morality*, 2(2), 164-181.
- Penu, D. A. K., & Paalo, S. A. (2021). Institutions and pastoralist conflicts in Africa: A conceptual framework. *Journal of Peacebuilding & Development*, 16(2), 224-241. <https://doi.org/10.1177/1542316621995733>
- Price, R. A. (2019). *Climate change as a driver of conflict in Afghanistan and other fragile and conflict-affected states* (K4D Helpdesk Report 527). Institute of Development Studies.
- Privara, A., & Privarova, M. (2019). Nexus between climate change, displacement and conflict: Afghanistan case. *Sustainability*, 11(20). <https://doi.org/10.3390/su11205586>
- Richmond, O. P. (2009). The romanticisation of the local: Welfare, culture and peacebuilding. *The International Spectator*, 44(1), 149-169. <https://doi.org/10.1080/03932720802693044>
- Roe, A. (2009). *Water management, livestock and the opium economy: Challenges and opportunities for strengthening licit agricultural livelihoods* (Afghanistan Research and Evaluation Unit Synthesis Paper Series). <http://www.areas.org.af/Uploads/EditionPdfs/920E-Strengthening%20Licit%20Agricultural%20Livelihoods-SP-web.pdf>
- Salehyan, I. (2008). From climate change to conflict? No consensus yet. *Journal of Peace Research*, 45(3), 315-326. <https://doi.org/10.1177/0022343308088812>
- Saltmarshe, D., & Medhi, A. (2011). *Local governance in Afghanistan: A view from the ground* (Afghanistan Research and Evaluation Unit Synthesis Paper). <http://www.areas.org.af/Uploads/EditionPdfs/1114E%20Local%20Governance%20in%20Afghanistan%20SP%20202101.pdf>
- Sändig, J., Dalmer, N., Ide, T., & Vogler, A. (2024). From climate conflicts to environmental peacebuilding: Exploring local dimensions. *Environment and Security*, 2(1), 3-20. <https://doi.org/10.1177/27538796241231090>
- Schütte, S. (2009). Informal (in)security in urban Afghanistan. *Iranian Studies*, 42(3), 465-491. <https://doi.org/10.1080/00210860902907404>
- Seid, M. A., Khun, N. J., & Fikre, T. Z. (2016). The role of pastoralism in regulating ecosystem services. *Revue Scientifique et Technique (International Office of Epizootics)*, 35(2), 435-444. <https://doi.org/10.20506/rst.35.2.2534>
- Simons, C., & Zanker, F. (2014). *Questioning the local in peacebuilding* (Working Paper No. SPP1448). LOST Research Group. https://lost-research-group.org/wp-content/uploads/2017/05/SPP1448_WP10_Simons_Zanker.pdf
- Swain, A., & Öjendal, J. (2018). Environmental conflict and peacebuilding: An introduction. In A. Swain & J. Öjendal (Eds.), *Routledge handbook of environmental conflict and peacebuilding* (pp. 1-14). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315473772>
- Taizi, S. (2007). *Jirga system in tribal life*. Tribal Analysis Center.
- Tan, S., & Tan, Z. (2017). Grassland tenure, livelihood assets and pastoralists' resilience: Evidence and empirical analyses from western China. *Economic and Political Studies*, 5(4). <https://doi.org/10.1080/20954816.2017.1384605>
- Tepper, R. (2008). Who are the Kuchi? Nomad self-identities in Afghanistan. *Journal of*

- the Royal Anthropological Institute (N.S.), 14, 97-116. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9655.2007.00480.x>
- Trotha, T. von (2009). *The 'Andersen principle': On the difficulty of truly moving beyond state-centrism*. Berghof Foundation. https://berghof-foundation.org/files/publications/dialogue8_trotha_comm.pdf
- Tsai, K. S. (2006). Adaptive informal institutions and endogenous institutional changes in China. *World Politics*, 59, 116-141. <https://doi.org/10.1353/wp.2007.0018>
- United Nations Statistics Division. (2005). *Designing household survey samples: Practical guidelines* (Chapter 3: Stratified sampling). United Nations. <https://unstats.un.org/unsd/demographic/sources/surveys/handbook23june05.pdf>
- Walker, B., Gunderson, L., Kinzig, A., Folke, C., Carpenter, S., & Schultz, L. (2006). A handful of heuristics and some propositions for understanding resilience in social-ecological systems. *Ecology and Society*, 11(1), 13. <http://www.ecologyandsociety.org/vol11/iss1/art13/>
- Wardak, A. (2003). *Jirga - a traditional mechanism of conflict resolution in Afghanistan*. United Nations Online Network in Public Administration and Finance. <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/apcity/unpan017434.pdf>
- Wily, L. A. (2013). The battle over pastures: The hidden war in Afghanistan. *Open Edition Journal*, 133, 95-113. <https://doi.org/10.4000/remmm.8021>
- World Bank. (2017). *Disaster risk profile: Afghanistan*. World Bank.
- World Bank. (2023). *Afghanistan development update*. World Bank.
- Zelli, F., & Krause, T. (2025). The nature of peace: Trajectories of environmental peacebuilding between dominant narratives and power relations. *Ecology and Society*, 30(2), Article 5. <https://doi.org/10.5751/ES-15971-300205>